

5.º certame de provas do Programa de Certificação Interna em Conhecimentos.**QUESTÃO 1**

Maquiavel, ao refletir sobre a realidade de sua época, elaborou não uma teoria do Estado moderno, mas sim uma teoria de como se formam os Estados, de como, na verdade, se constitui o Estado. Para Maquiavel, o Estado tem suas próprias características, faz política, segue sua técnica e suas próprias leis.

Luciano Gruppi. **Tudo começou com Maquiavel**. 5.ª ed., Porto Alegre: L&PM, 1985, p. 10 (com adaptações).

Tendo o fragmento de texto acima como referência inicial, assinale a opção correta acerca da noção de Estado e de conceitos correlatos.

- A** O termo país expressa a unidade histórica, geográfica, econômica e cultural de um território. Por força de tratados internacionais, o nome de um país deve coincidir com o nome do seu respectivo Estado.
- B** O poder estatal só se subordina aos poderes sociais, que ordenam as relações entre grupos e indivíduos, de maneira a manter a ordem e estimular o progresso, tendo em vista o bem comum.
- C** O Estado é a organização que tem o poder de legislar e tributar sobre a população de determinado território, sendo a única que pode constituir unilateralmente obrigações para terceiros.
- D** O Estado é o poder político supremo e independente de um povo, não se submetendo a interferência de nenhuma outra nação.
- E** O Estado moderno tem o poder extroverso de estabelecer regras gerais e abstratas e solucionar os conflitos sociais decorrentes do exercício do poder.

JUSTIFICATIVA DE MANUTENÇÃO

Dois recursos apresentados argumentam acerca da existência de duas opções corretas. A opção C, que afirma "o Estado é um poder político que se exerce sobre um território e um conjunto demográfico, isto é, uma população ou um povo" e a opção D "o Estado é o poder político supremo e independente de um povo, não submetendo a interferência de nenhuma outra nação". O conceito clássico de Estado desenvolvido por vários autores, entre eles, o citado no comando da primeira questão, refere-se ao Estado como um poder político que se exerce sobre um território e um conjunto demográfico, isto é, uma população, ou um povo; e o Estado é a maior organização política que a humanidade conhece. Assim, o Estado tem três elementos: poder político, povo e território. É necessária a presença desses três elementos para que possa falar de Estado, o que invalida a opção D, restando apenas a opção C como CORRETA. A própria Apostila do Setor Público fornecida pelo BB afirma na sua página 11: "são elementos constitutivos do Estado o povo, o território e o poder".

Outro recurso refere-se que a opção E também seria correta ao afirmar que "o Estado moderno tem o poder extroverso de estabelecer regras gerais e abstratas e solucionar os conflitos sociais decorrentes dos exercícios do poder." Na realidade essa é uma das funções básicas do governo, a legislativa, que estabelece regras gerais e abstratas, denominadas leis (vide apostila do BB - Setor Público, p. 13). O poder extroverso é autoridade do Estado de constituir unilateralmente obrigações para terceiros.

5.º certame de provas do Programa de Certificação Interna em Conhecimentos.**QUESTÃO 2**

Acerca das funções do governo relacionadas à economia, assinale a opção correta.

- Ⓐ O fornecimento de bens e serviços públicos está diretamente ligado a duas das funções do governo relacionadas à forma e à intensidade de sua intervenção na economia, quais sejam, as funções alocativa e distributiva.
- Ⓑ A fixação de taxa de juros de curto prazo (SELIC) em patamar inferior ao praticado no sistema financeiro por instituições financeiras oficiais, como o BB, é exemplo da função distributiva do governo de intervir na economia.
- Ⓒ O setor público, no cumprimento da sua função estabilizadora da economia, realiza a provisão dos chamados bens meritórios, que geram externalidades positivas e são financiados compulsoriamente por meio da tributação.
- Ⓓ Em uma economia de mercado, quando o governo realiza a tributação progressiva dos indivíduos de maior renda e subsidia aqueles com menores rendimentos, está exercendo a função de estabilizar a economia, em decorrência dos desequilíbrios do sistema.
- Ⓔ Por meio da política monetária, o governo utiliza-se de instrumentos que afetam diretamente a atuação do sistema financeiro, como o recolhimento compulsório, a assistência financeira de liquidez e a instituição de imposto sobre as operações financeiras.

JUSTIFICATIVA DE MANUTENÇÃO

Os recursos apresentados para esta questão argumentam que, além da opção A, estaria também correta a opção E, que afirma que, "Por meio da política monetária, o governo utiliza-se de instrumentos que afetam diretamente a atuação do sistema financeiro, como o recolhimento compulsório, a assistência financeira de liquidez e a instituição de imposto sobre as operações financeiras". Os argumentos justificam que o imposto sobre as operações financeiras também seria um instrumento de política monetária. De fato, a política monetária envolve o uso de instrumento como o recolhimento compulsório e a assistência financeira de liquidez, mas a instituição de imposto sobre operação financeira é decorrente da política fiscal do governo. Há interfaces na relação entre as duas políticas: monetária e fiscal. A política fiscal pode se manifestar diretamente, por meio da variação dos gastos públicos em consumo e investimento, ou indiretamente, pela redução das alíquotas de impostos, que eleva a renda disponível do setor privado, que afeta a demanda agregada da economia.

5.º certame de provas do Programa de Certificação Interna em Conhecimentos.**QUESTÃO 3**

Durante a crise econômica de 2009, a produção agrícola do Brasil foi reduzida, o que levou o governo brasileiro a criar, por meio do BB, uma linha de crédito com juros subsidiados para a agricultura nacional, uma vez que existia demanda potencial disposta a pagar preço superior ao custo de produção dos produtos agrícolas.

A situação hipotética acima apresentada, típica de falha de mercado — circunstância que impede a ocorrência de alocação ótima de recursos — é conhecida como

- A existência de bem público.
- B externalidade.
- C falha de informação.
- D existência de monopólio natural.
- E mercado incompleto.

JUSTIFICATIVA DE MANUTENÇÃO

O gabarito está correto (opção E).

A questão apresenta a seguinte situação hipotética:

Durante a crise econômica de 2009, a produção agrícola do Brasil foi reduzida, o que levou o governo brasileiro a criar, por meio do BB, uma linha de crédito com juros subsidiados para a agricultura nacional, uma vez que existia demanda potencial disposta a pagar preço superior ao custo de produção dos produtos agrícolas.

Diante da situação hipotética acima apresentada, típica de falha de mercado - circunstância que impede a ocorrência de alocação ótima de recursos - pede-se para os candidatos identificarem, entre as cinco opções, qual é a correspondente à falha de mercado descrita. A opção refere-se à falha de mercado conhecida na teoria econômica como externalidade. As externalidades decorrem das ações de um indivíduo ou de uma empresa que podem afetar positiva ou negativamente os demais agentes da sociedade. As externalidades são também chamadas de economias (ou deseconomias) externas, são efeitos positivos ou negativos - em termos de custos ou de benefícios - gerados pelas atividades de produção ou consumo exercidas por um agente econômico e que atingem os demais agentes, sem que estes tenham oportunidade de impedi-los ou a obrigação de pagá-los. Portanto, externalidades referem-se ao impacto de uma decisão sobre aqueles que não participaram dessa decisão. A situação hipotética descrita na questão assemelha-se a um mercado incompleto. Um mercado é denominado incompleto quando um bem ou serviço não é ofertado, ainda que seu custo de produção seja inferior ao preço que os potenciais compradores estariam dispostos a pagar. Essa falha geralmente ocorre porque nem sempre a iniciativa privada está disposta a assumir risco. Com isso, o Estado pode intervir na concessão de crédito subsidiado com no exemplo citado.

5.º certame de provas do Programa de Certificação Interna em Conhecimentos.**QUESTÃO 4**

Com relação a políticas públicas, assinale a opção correta.

- Ⓐ A partir da última década, tem ocorrido um processo de centralização de recursos financeiros na União, com consequente perda de autonomia pelos estados e municípios.
- Ⓑ Na execução de políticas públicas no setor de serviços não exclusivos, o Estado atua com outras organizações públicas não estatais e(ou) com instituições privadas.
- Ⓒ Com o advento da CF, ocorreu um processo de centralização das políticas públicas no governo federal, com consequente aumento das atribuições dos bancos públicos.
- Ⓓ Uma das formas de execução das políticas públicas é o convênio, que é um conjunto de atividades organizadas para serem realizadas dentro de cronograma e orçamentos específicos, diretamente pelo ente transferidor dos recursos.
- Ⓔ Os acordos e ajustes que garantem a transferência de recursos do orçamento geral da União para os órgãos e entidades das administrações públicas estadual e municipal são celebrados por meio dos programas.

Não houve interposição de recursos contra essa questão.

5.º certame de provas do Programa de Certificação Interna em Conhecimentos.**QUESTÃO 5**

Alguns serviços são considerados intrinsecamente públicos, ainda que seu fornecimento seja feito por produtores privados. Nesses casos, mesmo não sendo o produtor direto do serviço, o Estado atua como regulador. Para tal fim, os instrumentos regulatórios de que o Estado dispõe incluem

- I a definição de tarifas por meio de política tarifária.
- II o estabelecimento de quantidade mínima de serviço a ser oferecido pelas empresas.
- III o estabelecimento de restrições à entrada de concorrentes e à saída dos atuais prestadores do serviço.
- IV a determinação de padrões de desempenho para a prestação dos serviços.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo.
- B Apenas os itens I e III estão certos.
- C Apenas os itens I e IV estão certos.
- D Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Não houve interposição de recursos contra essa questão.

5.º certame de provas do Programa de Certificação Interna em Conhecimentos.**QUESTÃO 6**

Acerca da organização político-administrativa do Estado brasileiro, assinale a opção correta.

- A A organização federativa do Brasil segue o padrão mundial, com entes federados dotados de soberania e com capacidade de auto-organização e autogoverno.
- B Os estados têm o poder de criar as regiões metropolitanas, mas a criação de município depende de lei federal e da aprovação em plebiscito pela população interessada.
- C Os estados-membros têm autonomia para a elaboração de constituições estaduais que estabeleçam competências administrativas, legislativas e tributárias independentes da CF.
- D A organização político-administrativa da República federativa do Brasil compreende a União, os estados, o DF e do municípios, todos autônomos, nos termos da CF.
- E O DF, que abriga a capital federal, Brasília, possui o mesmo grau de autonomia dos demais estados da Federação, apesar da vedação de sua divisão em municípios e do fato de algumas de suas instituições serem organizadas e mantidas pela União.

JUSTIFICATIVA DE ANULAÇÃO

Há mais de uma resposta correta: a opção apontada como gabarito oficial preliminar e a opção E, razão suficiente para a anulação da questão.

5.º certame de provas do Programa de Certificação Interna em Conhecimentos.**QUESTÃO 7**

Acerca das competências legislativas dos entes federados, assinale a opção correta.

- Ⓐ A União, os estados e o DF têm competências de legislar concorrentemente sobre o direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- Ⓑ A competência cumulativa é aquela que pode ser exercida por todos os entes da Federação, de forma simultânea, desde que respeitados os limites constitucionais.
- Ⓒ A Federação brasileira estabelece nas suas competências legislativas uma hierarquização entre seus entes; assim, a legislação federal, de responsabilidade da União, é superior às leis estaduais e às municipais.
- Ⓓ A CF estabelece competências legislativas paralelas para os entes federativos para a instituição de impostos, assegurando, assim, a autonomia administrativa e financeira das entidades federativas.
- Ⓔ A União, por meio de lei complementar, pode autorizar os municípios a legislar sobre questões específicas das matérias de sua competência privativa, como, por exemplo, o horário de funcionamento das agências bancárias.

JUSTIFICATIVA DE MANUTENÇÃO

É correta a opção A, que afirma que "a União, os estados e o DF têm competências de legislar concorrentemente sobre o direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico." No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limita-se a estabelecer normas gerais, restando aos Estados e ao Distrito Federal estabelecer normas específicas. Por exemplo, compete à União, aos Estados e ao DF legislar concorrentemente sobre: direito tributário, financeiro, penitenciário econômico e urbanístico; orçamento; produção e consumo etc. (Vide p. 37 da Apostila Setor Público da UniBB). A afirmação da opção A está, portanto, correta.

Um dos recursos argumenta que a opção B também estaria correta. O argumento é que a União, os Estados, o DF e os municípios podem exercer algumas funções de forma cooperada, respeitados os limites da Constituição Federal. A opção B afirma que "A competência cumulativa é aquela que pode ser exercida por todos os entes da Federação, de forma simultânea, desde que respeitados os limites constitucionais". A competência cumulativa ocorre quando a Constituição Federal autoriza um ente da federação a cumular uma competência que originariamente é de outro ente da federação, respeitadas determinadas circunstâncias. Somente por esse quesito a questão já seria falsa uma vez que ela afirma que "pode ser exercida por todos". O candidato, no seu argumento, confunde "competência comum" com "competência cumulativa". No primeiro caso, é aquela que pode ser exercida por todos os entes da federação, podendo, portanto, ser simultaneamente exercida, desde que respeitados os limites constitucionais (Art. 23 da CF/88). Já a competência cumulativa ocorre quando a CF autoriza um ente da federação a cumular/agregar uma competência que originariamente é de outro ente da federação, respeitadas determinadas circunstâncias. Vejamos o artigo 147 da CF: Competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais; ao Distrito Federal cabem os impostos municipais. O artigo 147, CF preceitua que, por exemplo, em havendo territórios federais poderá a união cobrar IPTU Federal (que seria um imposto originariamente municipal). Na prática, a competência cumulativa atualmente tem sido exercida somente pelo Distrito Federal, que faz as vezes na cobrança e arrecadação cumulativa de impostos estaduais e municipais. Há recurso argumentado que a opção C estaria correta, pois existiria hierarquia nas leis, sendo a legislação federal preponderante sobre as leis estaduais e municipais. A opção C da prova afirma: "A Federação brasileira estabelece nas suas competências legislativas uma hierarquização entre seus entes; assim, a legislação federal, de responsabilidade da União, é superior às leis estaduais e às municipais." Essa afirmação não é correta, pois a federação não permite a hierarquização entre seus entes, ou seja, não é a União superior aos Estados e Estados aos Municípios. As competências são distribuídas exclusivamente pela Constituição Federal. A autonomia dos entes Federativos (União, Estados, DF e Municípios) pressupõe repartição, conforme José Afonso da Silva (2004, p. 477). No entendimento do autor, citado na apostila do Setor Público (p. 33), "competência é a faculdade juridicamente atribuída a uma entidade, ou a um órgão, ou ainda a um agente do poder público para emitir decisões. Competências são as diversas modalidades de poder de que servem os órgãos ou entidades estatais para realizar suas funções", de forma que a Federação inadmita a hierarquização entre seus entes, ou seja, não é a União superior aos Estados e os Estados aos municípios. As competências são distribuídas exclusivamente pela Constituição Federal de 1988. No Brasil, prevalece a lógica do princípio da predominância do interesse, que significa dizer que, havendo conflito de competências acerca de determinada matéria, a atribuição competente será concedida ao ente que tenha predominantemente o interesse sobre o assunto. Em sendo o tema de relevante interesse municipal, este será sobreposto ao do Estado e da União. Sendo a matéria de interesse nacional, a competência será da União, o mesmo ocorrendo em caso de interesse regional. Isso demonstra a regra da não hierarquização entre os entes da Federação.

5.º certame de provas do Programa de Certificação Interna em Conhecimentos.**QUESTÃO 8**

A CF inaugurou uma nova etapa do federalismo fiscal brasileiro. Nela, as demandas de estados e municípios por descentralização das receitas públicas foram atendidas, mas permanecem dificuldades para descentralização das responsabilidades públicas no campo das políticas sociais, gerando desequilíbrios que precisam ser corrigidos.

Fernando Rezende. **Finanças públicas**. 2.ª ed. São Paulo: Atlas, 2001, p. 18 (com adaptações).

Considerando o texto acima e o estudo das finanças públicas sobre o federalismo fiscal, assinale a opção correta.

- A** As contribuições sociais, que são tributos arrecadados de forma exclusiva pelos estados e pelo DF, geram desequilíbrio fiscal, pois a competência da execução das políticas da seguridade social é privativa da União.
- B** O imposto cobrado exclusivamente pela União decorre do exercício regular do poder de polícia ou da utilização efetiva de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
- C** O empréstimo compulsório pode ser instituído pelos municípios para atender as suas despesas extraordinárias, decorrentes de calamidades públicas, especialmente aquelas relacionadas aos fenômenos da natureza.
- D** A descentralização do poder político no Brasil foi viabilizada por meio da repartição de receitas tributárias, que assegurou o repasse da União para os estados e municípios de mais de metade da arrecadação do imposto de renda e do imposto sobre as operações financeiras.
- E** A CF reconheceu os municípios como membros da Federação na mesma condição de igualdade no que diz respeito a direitos e deveres ditados pelo regime federativo. Com isso, do ponto de vista do federalismo fiscal, ocorreu a instituição de transferências compensatórias federais semelhantes às que beneficiam os estados.

Não houve de interposição de recursos.

5.º certame de provas do Programa de Certificação Interna em Conhecimentos.**QUESTÃO 9**

Com relação aos princípios da administração pública, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ A publicidade é requisito de eficácia e moralidade do ato administrativo.
- Ⓑ Pelo princípio da moralidade não basta ao administrador público o estrito cumprimento da lei; ele deve atuar prezando pelo elemento ético na sua conduta.
- Ⓒ A legalidade, como princípio da administração pública, significa que o administrador público está, em toda sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei.
- Ⓓ A administração pública deve obedecer ao princípio da eficiência, de forma que se produzam resultados positivos para o serviço público, independentemente das necessidades da comunidade e de seus membros.
- Ⓔ O favorecimento de parentes e amigos na tomada de decisões administrativas voltadas à satisfação da agremiação partidária à qual está filiado o administrador público, ou ainda a edição de atos sancionatórios que tenham por objetivo a vingança pessoal vai de encontro ao princípio da impessoalidade.

JUSTIFICATIVA DE MANUTENÇÃO

A questão 9 pede para assinalar a opção INCORRETA em relação aos princípios da administração pública. O gabarito divulgado aponta a opção D, como a correta, pois é a única que não obedece aos princípios da administração pública.

Um dos três recursos apresentados argumenta que a opção A estaria errada ao afirmar que "A publicidade é requisito de eficácia e moralidade do ato administrativo." O candidato argumenta que o ato administrativo que não ofende a moralidade será ineficaz se não for publicado. Mas poderá estar inteiramente afinado com relação à moralidade.

A opção apresentada é correta e vai ao encontro do escrito na apostila, p. 46. Publicidade é a divulgação oficial do ato para conhecimento público e início de seus efeitos externos. Daí porque as leis, atos e contratos administrativos, que produzem consequências jurídicas fora dos órgãos que os emitem exigem publicidade para adquirirem validade universal, isto é, perante as partes e terceiros. (Quanto às leis só entram em vigência após a sua publicação oficial - Lei de Introdução ao Código Civil, art. 1º.). A publicidade não é elemento formativo do ato; é requisito de eficácia e moralidade. Por isso, mesmo os atos irregulares não se convalidam com a publicação, nem os regulares a dispensam para sua exequibilidade, quando a lei ou o regulamento a exige. Não procede, portanto, o argumento do candidato.

Um dos recursos argumenta que a opção D não desobedece aos princípios da Administração Pública, pois esta deve obedecer ao princípio da eficiência, de forma que se produzam resultados positivos para o serviço público, independentemente das necessidades da comunidade e de seus membros. Contudo, o item está errado, pois o princípio da eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, que produza resultados positivos para o serviço público e que atenda satisfatoriamente às necessidades da comunidade. Ver nesse sentido BB - Setor Público, p. 46. Indefiro o recurso.

Por fim, um dos recursos argumenta que a opção "E" também desobedece ao princípio da administração pública. De acordo com o candidato, o princípio da impessoalidade vai contra (e não ao encontro SIC como está na opção E) o favorecimento de parentes e amigos na tomada de decisões administrativas voltadas à satisfação da agremiação partidária à qual está filiado o administrador público.

O candidato confunde "ao encontro" com "de encontro", o que está escrito na prova é "o favorecimento de parentes e amigos na tomada de decisões administrativas voltadas à satisfação da agremiação partidária à qual está filiado o administrador público, ou ainda a edição de atos sancionatórios que tenham por objetivo a vingança pessoal vai de encontro ao princípio da impessoalidade".

Vai de encontro a e vai ao encontro de são duas expressões semelhantes na forma, mas opostas na idéia que exprimem. É importantíssimo saber a diferença entre elas, não só para interpretar corretamente um texto (supondo que ele esteja correto) como para informar de maneira precisa o que se quer dizer ao usar tal expressão. Ao encontro de significa "a favor de", "em direção a": "Com essas medidas saneadoras, o governo vai ao encontro da sociedade". De encontro a significa "no sentido oposto a" e indica choque, discordância: "A escolha do filho foi de encontro às aspirações do pai".

5.º certame de provas do Programa de Certificação Interna em Conhecimentos.**QUESTÃO 10**

A administração direta do Estado é exercida, principalmente, pelo Poder Executivo da União, dos estados, do DF e dos municípios, dentro de suas respectivas áreas de atuação, enquanto a administração indireta é exercida por entidades dotadas de personalidade jurídica própria. Acerca das administrações direta e indireta do Estado, assinale a opção correta.

- Ⓐ As fundações são pessoas jurídicas de direito público, de natureza meramente administrativa, criadas por lei específica e com patrimônio próprio. Elas realizam serviços destacados da administração indireta.
- Ⓑ Os órgãos públicos são centros de competência, sem personalidade jurídica, instituídos para o desempenho das funções estatais, sendo responsáveis pela realização das atividades da entidade a que pertencem.
- Ⓒ As organizações sociais são entidades paraestatais dotadas de personalidade jurídica de direito público, regidas por estatuto social. O instrumento que permite à administração direta acompanhar essas entidades da administração indireta é o contrato de gestão.
- Ⓓ O BACEN é um tipo de autarquia especial, que goza de independência funcional em relação à administração direta, cujos privilégios específicos e a sua maior autonomia foram instituídos em legislações específicas.
- Ⓔ A principal diferença entre a sociedade de economia mista e a empresa pública é o tipo de capital. Enquanto a primeira pode ser estruturada sob quaisquer das formas admitidas em direito, a segunda é sempre uma sociedade comercial, com a participação do poder público na gestão.

Não houve interposição de recursos.

5.º certame de provas do Programa de Certificação Interna em Conhecimentos.**QUESTÃO 11**

O PPA 2008-2011 organiza as ações do governo em três eixos: crescimento econômico, agenda social e educação de qualidade. O plano estabelece as metas e as prioridades a serem cumpridas pelo governo, que, ao mesmo tempo, são referências ao setor privado.

Mensagem Presidencial do Plano Plurianual 2008-2011. Brasília: Presidência da República, v. I do PPA, 30/8/2007.

Tendo o fragmento de texto acima como referência, assinale a opção correta relativa ao PPA.

- Ⓐ O PPA define as prioridades e metas a serem atingidas por meio da execução dos programas e ações previstos na LOA. Para que isso ocorra, a LDO deve definir quais serão as diretrizes para a elaboração do plano.
- Ⓑ O PPA deve estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- Ⓒ Com base no PPA, o setor privado da economia define a sua estratégia de investimento e de orçamento, uma vez que o plano traz importantes informações sobre a economia brasileira e os investimentos públicos do país para o período de oito anos.
- Ⓓ Os programas finalísticos que integram o PPA são aqueles voltados à oferta de serviços ao Estado, para a gestão de políticas públicas e para o apoio administrativo. Para tanto, são importantes as ações que atendam ao objetivo de cada programa e a sua priorização na LDO.
- Ⓔ A gestão do PPA independe dos princípios de eficiência, eficácia e efetividade; contudo, compreenderá a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão anual dos programas. Para tanto, o Poder Executivo manterá sistemas de informações gerenciais e de planejamento para apoio à gestão do plano.

JUSTIFICATIVA DE MANUTENÇÃO

Os quatro recursos apresentados para questão 11 questionam a opção B, que foi indicada no gabarito oficial preliminar como correta. A opção B diz: *“O PPA deve estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.”*. O item está absolutamente correto, conforme a CF:

“Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.

§ 1º - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.”

5.º certame de provas do Programa de Certificação Interna em Conhecimentos.**QUESTÃO 12**

Acerca da LDO, que constitui instrumento de integração entre o PPA e a LOA, assinale a opção correta.

- Ⓐ No anexo de metas e prioridades, o governo determina as metas anuais relativas a receitas e despesas, especificamente o resultado primário e o montante de gasto com a dívida pública para o exercício fiscal.
- Ⓑ No âmbito federal, a LDO define como projeto, que integra a estrutura e a organização do orçamento, as despesas que não contribuem para a manutenção, a expansão ou o aperfeiçoamento das ações do governo federal.
- Ⓒ Anualmente, o Poder Executivo encaminha ao Poder Legislativo projeto de LDO que, aprovado, estabelecerá metas e prioridades e orientará a elaboração da proposta orçamentária.
- Ⓓ O anexo de metas fiscais, que acompanha a LDO, deverá trazer avaliação sobre os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.
- Ⓔ A LDO federal estabelece as regras para o cálculo de despesas, bem como limita gastos com pessoal e encargos em todas as esferas governamentais e em todos os poderes, mas a autorização para contratação de pessoal pelos órgãos das administrações direta e indireta é realizada pela LOA.

Não houve interposição de recursos.

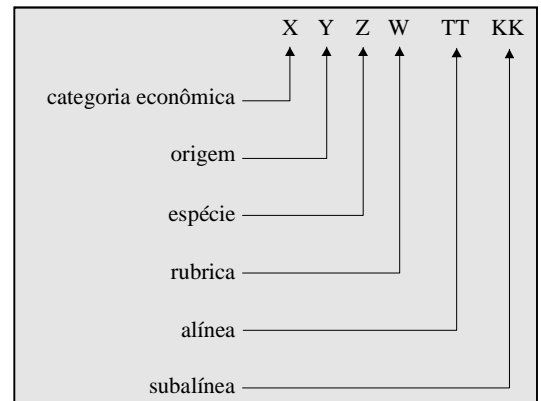
5.º certame de provas do Programa de Certificação Interna em Conhecimentos.

QUESTÃO 13

A figura ao lado, extraída do Manual Técnico do Orçamento 2010, apresenta, de forma esquemática, os seis níveis que formam o código identificador da natureza da receita pública.

A partir da figura ao lado, assinale a opção correta acerca da classificação da receita por natureza.

- A** A rubrica é o nível que apresenta o nome da receita propriamente dita e que recebe o registro pela entrada de recursos financeiros.
- B** A subalínea constitui o nível mais analítico da receita, o qual recebe o registro de valor, pela entrada do recurso financeiro, quando houver necessidade de maior detalhamento da alínea.
- C** O dígito referente à origem permite identificar com maior detalhe o fato gerador da receita pública, tais como impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- D** A alínea é o nível que detalha a espécie com maior precisão, especificando a origem dos recursos financeiros. Agrega determinadas receitas com características próprias e semelhantes entre si.
- E** A receita é classificada em duas categorias econômicas: correntes e de capital. As receitas correntes são provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; as receitas de capital decorrem do poder impositivo do Estado.



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. **Manual técnico de orçamento 2010**. Brasília, 2009, p. 26.

JUSTIFICATIVA DE MANUTENÇÃO

Foram apresentados três recursos para questão 13. Todos eles questionam a opção B, que foi indicada como correta no gabarito preliminar. A questão 13 traz uma figura que apresenta, de forma esquemática, os seis níveis que formam o código identificador da natureza da receita pública, e pede o comando que, a partir da figura, o candidato assinale a opção correta acerca da classificação da receita por natureza.

A opção correta é a B, que afirma: "A subalínea constitui o nível mais analítico da receita, o qual recebe o registro de valor, pela entrada do recurso financeiro, quando houver necessidade de maior detalhamento da alínea.". Os recursos reclamam que a apostila Setor Público, disponibilizada para estudo pelo BB, na p. 80, constam a seguinte definição para subalínea "constitui o nível de informação mais específico sobre os recursos." A partir disso, deduzem que o conteúdo cobrado está em desacordo com a apostila. Esquecem-se, os candidatos, que a própria apostila recomenda a leitura do Anexo VIII do Manual da Receita Nacional (p. 80). Além disso, a assertiva da opção B não contradiz a apostila, mas apenas reescreve a afirmação constante nela. O item afirma o "nível mais analítico" que, conforme o Dicionário Aurélio, o verbete "analítico" é relativo à análise. Uma das concepções da palavra "análise" é "decomposição de um todo em suas partes constituintes", ou seja, por dedução, o nível mais específico da receita. Por fim, o item acrescenta "entrada do recurso financeiro", o que é óbvio, por se tratar de receita pública. Portanto, a questão exigia somente raciocínio lógico dos candidatos e estava de acordo com a apostila.

5.º certame de provas do Programa de Certificação Interna em Conhecimentos.**QUESTÃO 14**

Com relação às receitas públicas do governo federal, assinale a opção correta.

- Ⓐ Considerando que em determinado período a alíquota do imposto de renda (IR) sobre os rendimentos do trabalho assalariado tenha sido majorada, aumentando a arrecadação de IR, então ocorrerá um aumento do repasse desse imposto para os estados e municípios, por meio dos fundos de participação.
- Ⓑ O aumento na arrecadação dos rendimentos sobre os investimentos do ativo permanente da União, decorrentes das operações realizadas no mercado bancário, significaria o maior ingresso de receitas de capital no caixa do Tesouro Nacional.
- Ⓒ Caso o governo receba, a título de transferência, recursos de outros entes federativos e de entidades privadas para fazer frente a despesas de capital, a consequência disso será o aumento das receitas correntes para o exercício das funções e atividades do Estado.
- Ⓓ A redução na alíquota do IPI para os chamados produtos da linha branca significa uma renúncia das receitas de capital, que deixarão de ingressar no caixa do governo federal. A menor arrecadação do IPI também reduzirá as transferências realizadas pelo Fundo de Participação dos Estados.
- Ⓔ Em determinado período, a ocorrência de um aumento das transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação aumentará, por consequência, o limite de expansão das despesas com pessoal da União, com base na receita corrente líquida.

JUSTIFICATIVA DE MANUTENÇÃO

O gabarito é a opção A, e deve ser mantido. Essa questão recebeu um único recurso, relativo à opção D. De acordo com o candidato, o item estaria correto, pois “aumento ou diminuição da alíquota do IR e IPI impactam o repasse dos recursos para estados e municípios por meio do FPE e FPM”. Vamos ao que diz a opção D: “A redução na alíquota do IPI para os chamados produtos da linha branca significa uma renúncia das receitas de capital, que deixarão de ingressar no caixa do governo federal. A menor arrecadação do IPI também reduzirá as transferências realizadas pelo Fundo de Participação dos Estados.”. A redução na alíquota do IPI afeta as receitas tributárias do governo e, por consequência, as receitas correntes, e não de capital. As receitas de capital são provenientes de operações de crédito, alienações de bens, amortizações de empréstimos concedidos, transferências de capital e outras receitas de capitais, enquanto os impostos são receitas tributárias, que integram as receitas correntes do governo.

5.º certame de provas do Programa de Certificação Interna em Conhecimentos.**QUESTÃO 15**

Acerca das despesas públicas do governo federal, assinale a opção correta.

- Ⓐ A venda de bens móveis que tenham sido legalmente apreendidos pela Receita Federal do Brasil e que não sirvam para o poder público deve ocorrer por meio de concurso.
- Ⓑ A liquidação global das despesas ocorre quando o montante a ser pago for previamente conhecido, e se dá via nota de empenho, de forma parcelada.
- Ⓒ As transferências correntes como contrapartida pelo fornecimento direto de bens e serviços referem-se às despesas correntes de recursos transferidos para entidades de direito público ou privado.
- Ⓓ Pela programação orçamentária e financeira, o ente público abre a todos os interessados a possibilidade de formularem propostas para a celebração de contrato de fornecimento de bens e serviços.
- Ⓔ Quando a União concede um empréstimo ocorre uma inversão financeira. Por outro lado, se ela estiver amortizando um empréstimo que constituirá receita de capital, estará efetuando uma transferência de capital. Ambos os casos referem-se a despesas de capital.

JUSTIFICATIVA DE MANUTENÇÃO

A questão 15 recebeu dois recursos, alegando dúvida interpretação na opção B, e seis recursos, argumentando que a opção E estaria em desacordo com a apostila do BB e que amortização de empréstimo é um conceito relativo à receita de capital que se distingue do conceito de transferência de capital tanto na receita quanto na despesa.

O comando da questão pede para assinalar a opção correta acerca das despesas públicas. A opção B afirma "A liquidação global das despesas ocorre quando o montante a ser pago for previamente conhecido, e se dá via nota de empenho, de forma parcelada."

A assertiva está errada, pois não existe, no setor público, o estágio de liquidação global das despesas públicas. Apenas na fase do empenho que temos as modalidades: ordinário, global e por estimativa. Não há o que reclamar de dúvida interpretação, pois empenho não é liquidação.

A opção E afirma "Quando a União concede um empréstimo ocorre uma inversão financeira. Por outro lado, se ela estiver amortizando um empréstimo que constituirá receita de capital, estará efetuando uma transferência de capital. Ambos os casos referem-se a despesas de capital."

Os recursos não procedem, pois o item está correto, conforme PISCITELLI, Roberto. Contabilidade Pública. 9ª ed. SP: Atlas, 2008, p. 175, pois os empréstimos estão entres as inversões financeiras em consonância com art. 13 da Lei n.º 4.320/1964. As transferências de capital são dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, bem como as dotações para amortização da dívida pública. Ambas são despesas de capital. O livro do professor Piscitelli é uma das referências da apostila. Além disso, a assertiva não fere o que está escrito na página 86 da apostila, sobre as despesas de capital, assim como na página 78, que trata da Receita de Capital. Se a União concede empréstimo (fato permutativo: troca de um ativo por outro), está fazendo uma inversão financeira. Se está amortizando um empréstimo que havia obtido, e que constituíra receita de capital (fato permutativo: troca de um passivo por um ativo), está efetuando uma transferência de capital. Ambos os casos são de despesa de capital.

5.º certame de provas do Programa de Certificação Interna em Conhecimentos.**QUESTÃO 16**

O código a seguir representa a combinação programática com a classificação funcional referente à execução de uma ação sob a responsabilidade do Ministério da Previdência Social na LOA de 2009:

09.125.0086.2592.0001 — Fiscalização das Entidades de Previdência Complementar — Nacional.

SIAFI.

Considerando o exemplo acima, assinale a opção correta acerca de classificação por função e programa das despesas públicas no Orçamento Geral da União.

- A Os dois primeiros dígitos do exemplo referem-se à função, que é o menor nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público.
- B O subtítulo representa o maior nível de categoria de programação orçamentária e serve para indicar a localização geográfica do gasto público.
- C A classificação programática privilegia o aspecto gerencial dos planos e orçamentos, identificando os programas com a solução dos problemas da sociedade.
- D A classificação funcional busca identificar a área de ação governamental em que a despesa será realizada, sendo obrigatória para a União e facultativa nos orçamentos dos estados e dos municípios.
- E A unidade orçamentária identificada deve corresponder a uma estrutura administrativa; no exemplo em questão, trata-se da Secretaria de Fiscalização das Entidades de Previdência Complementar.

JUSTIFICATIVA DE MANUTENÇÃO

O único recurso da questão 16 afirma que a opção E também estaria correta no contexto da questão.

A questão 16 apresenta um que representa a combinação programática com a classificação funcional referente à execução de uma ação sob a responsabilidade do Ministério da Previdência Social na LOA de 2009, extraído do SIAFI.

A opção E afirma "A unidade orçamentária identificada deve corresponder a uma estrutura administrativa; no exemplo em questão, trata-se da Secretaria de Fiscalização das Entidades de Previdência Complementar."

Na realidade, apesar da coincidência no exemplo, uma unidade orçamentária não corresponde necessariamente a uma estrutura administrativa, como ocorre em alguns fundos especiais. Há diferenças, portanto, no orçamento entre unidade orçamentária e a estrutura administrativa.

5.º certame de provas do Programa de Certificação Interna em Conhecimentos.**QUESTÃO 17**

Acrescentado segundo quadrimestre de 2009, para fins de verificação do cumprimento dos limites estabelecidos na LRF, o município X apresentou o seguinte quadro de despesas com pessoal.

município X
percentual das despesas com pessoal em relação
à receita corrente líquida (RCL)
2.º quadrimestre 2009

Poder	% despesa com pessoal/RCL
Legislativo*	4,2%
Executivo	56,5%
Total	60,7%

* Inclui o tribunal de contas do município

A partir da situação descrita no quadro acima e considerando os limites estabelecidos na LRF para despesas com pessoal, assinale a opção correta.

- A Como as despesas com pessoal da prefeitura ultrapassaram os limites estabelecidos na LRF, o Poder Executivo do município X deverá eliminar o excedente nos terceiro e quarto quadrimestres de 2009.
- B A prefeitura deverá, no terceiro quadrimestre de 2009, reduzir os gastos com material permanente, equipamentos e instalações que integram as despesas com pessoal, a fim de se enquadrar na LRF.
- C A câmara municipal do município X deverá tomar providências, no terceiro quadrimestre de 2009, para reduzir as despesas com pessoal visando o retorno aos limites de 3% da RCL, estabelecidos na LRF.
- D A prefeitura deverá enviar no terceiro quadrimestre de 2009, um projeto de lei à câmara municipal, alterando a estrutura de carreira de seus servidores, ainda que as modificações impliquem aumento das despesas com pessoal.
- E A prefeitura poderá realizar, na agência do BB local onde for movimentada a conta-corrente do Poder Executivo municipal, a contratação de operação de crédito para assegurar o pagamento das despesas com pessoal.

JUSTIFICATIVA DE ANULAÇÃO

Não há gabarito para a questão, dado que a opção apontada como gabarito oficial preliminar contém um erro formal, que se refere a "quarto quadrimestre de 2009". Como o quadrimestre é o período de quatro meses, e um ano tem 12 meses, então em um ano existem somente três quadrimestres. Logo, inexistente o quarto quadrimestre no ano de 2009, como em qualquer outro ano civil e fiscal. A redação correta seria: "Como as despesas com pessoal da prefeitura ultrapassaram os limites estabelecidos na LRF, o Poder Executivo do município X deverá eliminar o excedente no terceiro quadrimestre de 2009 e no primeiro quadrimestre de 2010". Diante da inconsistência apontada associada à inexistência de outras opções corretas, anula-se a questão.

5.º certame de provas do Programa de Certificação Interna em Conhecimentos.**QUESTÃO 18**

Para o financiamento de projetos públicos, além de recursos próprios, os entes da Federação valem-se das operações de crédito e também das PPPs. No caso da União, o Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas é administrado pelo BB. Em relação à atuação do BB, nos estados e municípios, para a estruturação de projetos de PPPs, assinale a opção correta.

- A O BB pode constituir uma sociedade de propósito específico para implantar e gerir o objeto de PPPs, visando administrar os valores mobiliários da negociação.
- B O BB pode ser órgão gestor da PPP, visando orientar o ente público na definição dos serviços prioritários para execução no regime de parceria.
- C O banco pode assessorar os entes governamentais, prestando serviços na modelagem das garantias das PPPs, analisando os instrumentos jurídicos e reguladores dos riscos, dos ativos dados em garantia e do fluxo financeiro da PPP.
- D O BB está impedido de gerenciar as contas envolvidas no projeto de PPP, pois a centralização da arrecadação de tarifas não poderá ocorrer em instituição financeira pública federal, apenas nos bancos privados indicados pelo investidor privado.
- E O BB pode atuar como financiador de projeto de PPP, por meio da contração da operação de crédito para o setor público, pois os projetos de PPPs não são operações estruturadas, o que dispensa a realização de licitação pública para a escolha do agente financeiro.

Não houve interposição de recursos.

5.º certame de provas do Programa de Certificação Interna em Conhecimentos.**QUESTÃO 19**

Em relação às demonstrações contábeis ou balanços públicos que evidenciam a situação econômico-financeira dos entes públicos, assinale a opção correta.

- Ⓐ O passivo permanente compreende os compromissos exigíveis cujo pagamento independe de autorização orçamentária, não se incluindo nessa rubrica as contas do passivo circulante.
- Ⓑ As demonstrações das variações patrimoniais evidenciam o fluxo de caixa da execução orçamentária do ente público durante todo o exercício financeiro, sem prejuízo dos saldos que se transferem de exercício.
- Ⓒ No balanço financeiro, são apresentadas as receitas e despesas fixadas em confronto com as realizadas. Nesse balanço, as receitas são classificadas por tipo de crédito e as despesas, de acordo com a categoria econômica.
- Ⓓ O principal objetivo de realizar a separação entre ativo financeiro e não financeiro é descobrir a existência de *superavit* financeiro, que servirá de fonte para abertura de créditos adicionais, suplementares ou especiais.
- Ⓔ O saldo patrimonial resulta do confronto entre o ativo real e o passivo real. Caso o ativo real seja maior que o passivo real, registra-se o saldo financeiro positivo, também denominado ativo real líquido. O caso contrário é denominado passivo real a descoberto.

JUSTIFICATIVA DE MANUTENÇÃO

A questão 19 recebeu cinco recursos, sendo um em relação à opção D, e o restante referente à opção E. A questão pede para assinalar a opção correta em relação às demonstrações contábeis ou balanços públicos que evidenciam a situação econômico-financeira dos entes públicos. O recurso em relação à opção D, que é a correta, argumenta que a assertiva está incompleta, pois a possibilidade de abertura de créditos adicionais, suplementares ou especiais, só é permitida no exercício seguinte, se autorizados pelo legislativo. O candidato deve ter cometido um engano sobre o recurso, pois a opção não trata do assunto apresentado. A opção D afirma que "O principal objetivo de realizar a separação entre ativo financeiro e não financeiro é descobrir a existência de superavit financeiro, que servirá de fonte para abertura de créditos adicionais, suplementares ou especiais.", e está correta.

Os demais recursos argumentam que a opção E estaria correta. A assertiva afirma que "O saldo patrimonial resulta do confronto entre o ativo real e o passivo real. Caso o ativo real seja maior que o passivo real, registra-se o saldo financeiro positivo, também denominado ativo real líquido. O caso contrário é denominado passivo real a descoberto". O saldo patrimonial resultante do confronto entre ativo real e passivo real revela a existência ou não de saldo patrimonial positivo, sendo que saldo financeiro é demonstrado pelo balanço financeiro. Portanto, a opção E está incorreta.

5.º certame de provas do Programa de Certificação Interna em Conhecimentos.**QUESTÃO 20**

Assinale a opção correta acerca das operações de crédito para financiamento de projetos públicos.

- Ⓐ Uma das formas de financiamento de projetos públicos é a realização de operações de crédito entre o BB e a União, visando à antecipação de tributos antes da ocorrência do seu fato gerador.
- Ⓑ As regras de contingenciamento do crédito ao setor público válidas para as instituições do sistema financeiro são estabelecidas pelo BACEN, por meio de resoluções editadas pelo Conselho Monetário Nacional.
- Ⓒ O BB pode receber, a título de garantia de operação de crédito realizada com as entidades do setor público, notas promissórias correspondentes a compromissos assumidos com empreiteiros de obras ou prestadores de serviços.
- Ⓓ O BB pode realizar contratação de operações de crédito com estados e municípios, desde que o contrato não tenha por objetivo o financiamento das despesas correntes e o refinanciamento de dívidas contraídas com outra instituição.
- Ⓔ As operações de crédito que vão de encontro às disposições da LRF são consideradas nulas e devem ser canceladas, devolvendo-se o principal, como juros e encargos financeiros devidos. Durante o período da devolução, o ente poderá receber apenas as transferências voluntárias.

JUSTIFICATIVA DE MANUTENÇÃO

A questão 20 recebeu um único recurso, questionando que a opção D, que é a correta, estaria incorreta, pois as informações fornecidas seriam insuficientes para preencher os requisitos referentes às operações de crédito do BB com estados e municípios. A opção D afirma que “*O BB pode realizar contratação de operações de crédito com estados e municípios, desde que o contrato não tenha por objetivo o financiamento das despesas correntes e o refinanciamento de dívidas contraídas com outra instituição.*”. Essa assertiva está correta. A afirmação é uma das exceções permitidas na legislação, ou seja, a operação de crédito entre o BB e os estados e municípios, desde que o contrato não tenha por objetivo o financiamento das despesas correntes e o refinanciamento de dívidas contraídas junto a outra instituição.